



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681269 - SP (2021/0225799-3)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : KLEAN CINTRA PRADO
ADVOGADO : KLEAN CINTRA PRADO - SP372085
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GILSON LUCIO PIRES (PRESO)
CORRÉU : GABRIEL JUNIO ALMEIDA DE OLIVEIRA
CORRÉU : TULIO ALMEIDA DA SILVA
CORRÉU : WAGNER LUIZ DA CRUZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GILSON LUCIO PIRES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2156733-28.2021.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito descrito no art. 157, § 2º, incisos II e V, e § 2º-A, inciso I, c/c o artigo 29, *caput*, do Código Penal, contudo, encontra-se foragido.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, que indeferiu o processamento do HC impetrado pela defesa, por ausência de fundamentação idônea, bem como pela ausência de um juízo de certeza que sustente o decreto prisional.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 37):

HABEAS CORPUS - alegação de falta de fundamentação da r. sentença que indeferiu o direito de recorrer em liberdade, tendo se baseado tão somente na gravidade concreta do crime - inoportunidade - decisão que ao indeferir o direito de recorrer em liberdade faz menção à decisão anterior que decretou a prisão preventiva, afirmando permanecer o *periculum in libertatis* e *fumus commissi delicti* - validade da fundamentação per relationem - Precedentes do STJ e STF.

HABEAS CORPUS - presença do *fumus commissi delicti* no auto de apreensão e prova oral que indica a subtração mediante violência e grave ameaça, indicando o paciente como autor - presença do *periculum in libertatis* pelo fato do paciente fugir do distrito da culpa; praticar o crime com alta reprovabilidade e periculosidade; não haver prova de

que exerce atividade lícita - prisão preventiva que não ofende o princípio da presunção de inocência - fato de ser primário e sem antecedentes, bem como possuindo residência fixa, não vedam a possibilidade da prisão cautelar.

HABEAS CORPUS - desproporcionalidade da medida - remédio heroico que não se presta à exercício de futurologia ou discussão de mérito da decisão - indefere-se o processamento.

Alega, em síntese, que a prisão preventiva não pode ser baseada no perigo abstrato do delito, sem elementos concretos de que possa a vir ocorrer novamente.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja revogada a prisão preventiva com a adoção de medidas restritivas diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. Constata-se que o acórdão, em análise do caso, corroborou o que ficou assentado na decisão do juízo *a quo*, por ele referida (fl. 38) e revelando, nesse exame liminar, idônea fundamentação:

No caso dos autos a r. decisão fundamentou a necessidade da prisão mencionando que o crime teria sido cometido por 4 agentes e, ao que tudo indica, mediante emprego de arma de fogo e arma branca. Mencionou ainda que o paciente, em tendo se evadido dos policiais, revela necessária sua prisão para fins da instrução processual. Mencionou ainda que o paciente ostenta diversas reincidências.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente